

REQUERIMENTO N° 23 , DE 2015 – CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Ministro da Fazenda, **Joaquim Levy**,
- Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, **Nelson Barbosa**,
- Presidente do Banco Central, **Alexandre Tombini**, e
- Secretário do Tesouro Nacional do Ministro da Fazenda, **Marcelo Saintive**.

JUSTIFICATIVA

O desempenho da política econômica no primeiro governo Dilma foi decepcionante. A taxa de crescimento econômico dos últimos quatro anos deve ficar em 1,6% em

média. Resultado inferior ao da “década perdida” dos anos 80. As atuais estimativas de mercado projetam crescimento econômico nulo para 2015 e, para 2016, apenas 1,5% a.a.

Esse fraco desempenho econômico foi acompanhado da deterioração das variáveis econômicas chave para o crescimento econômico de longo prazo. A taxa de investimento caiu de 20% do PIB no primeiro trimestre de 2011 para 17,8% do PIB no terceiro trimestre de 2014. A taxa de poupança recuou de 17% do PIB no primeiro trimestre de 2011 para apenas 14% do PIB.

Ou seja, os investimentos que são fundamentais para a melhoria da infraestrutura e modernização da economia recuaram. E o pior, o diferencial entre a taxa de investimentos e a taxa de poupança aumentou, implicando em deterioração das contas externas e aumento da vulnerabilidade do país.

Hoje, o déficit de transações correntes de 4,2% do PIB não é mais inteiramente financiado pelos investimentos estrangeiros diretos (2,9% do PIB). Esse diferencial de US\$ 28 bilhões precisa ser coberto por capitais especulativos que podem sair a qualquer momento do país e gerar elevados custos socioeconômicos ao país.

A partir de 2011, quando a maioria dos países do mundo estava em processo de ajuste econômico para elevar a competitividade e de racionalização das despesas públicas, o Brasil insistia em manter estímulos econômicos ao consumo e às empresas, via bancos públicos, para atenuar os efeitos da crise. Esses estímulos foram de caráter discricionário, sem

amplitude geral, e colocou a economia em “marcha forçada” até perder sua capacidade de crescimento no médio prazo.

Os principais agentes econômicos estão sem condições de promover estímulos positivos ao crescimento econômico. O comprometimento da renda das famílias com dívidas assumidas se mantém elevado e deve crescer com a elevação das taxas de juros. As empresas sofrem com o péssimo ambiente de negócios e incertezas regulatórias provocadas pelo governo.

O setor público saiu de uma posição superavitária de 3,1% do PIB em 2011 para um déficit de 0,6% em 2014. Mesmo em um ambiente de estagnação, o governo é obrigado a cortar despesas e elevar tributos para dar solvência às contas públicas.

O Banco Central se vê obrigado a elevar as taxas de juros nesse cenário recessivo, com a inflação acumulada atingindo 7,1% a.a. devido, dentre outros fatores, ao controle artificial dos preços administrados na gestão anterior. Mesmo assim, a inflação projetada pelo mercado para 2015 e 2016 continua persistentemente acima do centro da meta de inflação.

O modelo econômico anterior está esgotado e deve ser alterado por uma agenda de reformas na área econômica para criar as bases para a retomada do processo de crescimento sustentável no país. Dessa forma, é preciso convidar os Ministros e o Secretário responsáveis pela gestão econômica para que expliquem quais medidas serão tomadas

na nova agenda econômica, os efeitos a serem sentidos pela população e os resultados que se pretende alcançar.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2015.

Senador **Ricardo Ferraço**